

007ª SESSÃO ORDINÁRIA 18FEV2019

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 18 de fevereiro de 2019.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, vereadores e vereadoras, colegas municipais, que mais uma vez se mobilizam nesta Casa Legislativa por conta, mais uma vez, de projeto de autoria do Executivo que altera os nossos planos de carreira, mexendo, de forma significativa, nos vencimentos dos trabalhadores do Município de Porto Alegre. Senhoras e senhores, parlamentares desta Casa Legislativa, nós teremos hoje uma breve pauta de projetos a serem apreciados e votados. Eu gostaria de discutir brevemente os dois projetos de origem do Executivo desta Cidade que desafetam próprios municipais e os alienam. Um deles já tramitava, foi proposto pela gestão passada, governo Fortunati/Melo. Para este daqui já houve proposição de emenda, já tramitou por comissões, já tem uma construção, mas o outro projeto que veio a esta Casa Legislativa traz uma série de imóveis do Município de Porto Alegre justamente para desafetação e alienação. Alguns deles são casas, antigas residências, mas existem algumas dessas áreas que são áreas verdes. Eu gostaria de saber qual é a real intenção da Prefeitura ao apresentar esse tipo de projeto que traz a possibilidade de liberar esses próprios municipais para que haja mais supressão de áreas verdes no nosso Município. A nossa Cidade está se tornando uma cidade feia, quente, cimentada, uma cidade hostil para se viver. Portanto, não me é bem-vinda a iniciativa do Município, pois ele poderia utilizar essas áreas como de convivência da nossa população, transformando-as em parques, praças, equipamentos públicos que tornem a nossa sobrevivência um pouco mais harmoniosa e em sintonia com a natureza. Portanto, fica aqui o meu alerta de que nós gostaríamos de discutir, uma a uma, essas desafetações e alienações que são propostas num único projeto de lei a esta Casa Legislativa.

E gostaria também, neste restante de tempo de liderança que me sobra – agradeço aos vereadores Roberto Robaina e Karen, da nossa bancada do PSOL, pela possibilidade de utilizá-lo – de fazer um alerta a esta Casa Legislativa e à população de Porto Alegre: senhoras e senhores, o projeto que chegou na semana passada, o PLCE nº 002/19, é um projeto que ataca, mais uma vez, de forma central, os vencimentos dos municipais desta Cidade. E não são poucas modificações; são muitas, graves, que trarão impacto negativo muito significativo nos vencimentos daqueles que trabalham lá na ponta, assistindo à população, prestando serviços públicos, pois a população sempre nos exigirá isso. Portanto, este ataque às carreiras municipais vai contrariamente aos interesses da nossa Cidade. Se a Prefeitura propusesse essas alterações de forma aberta, dialogada e clara, não precisaria fazer votações às pressas. E, pelo que parece, essa é a real intenção do governo para esse PLCE nº 002/19. Clareza, diálogo com a população, diálogo com as categorias, infelizmente me parece que essas não são virtudes do atual governo Nelson Marchezan Júnior. Diálogo não acontece, para lamento de todos nós. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas, em especial aos servidores e às servidoras do Município que nos acompanham nesta tarde, e que, mais uma vez, precisam vir à Câmara para ficarem vigilantes em relação aos ataques do prefeito Marchezan. Pastor Hamilton, o senhor não estava aqui nos últimos dois anos, mas nós tivemos semanas e semanas de plenário lotado, galerias lotadas porque o prefeito fazia justamente esse jogo, como está repetindo neste momento: protocola os projetos e pede regime de urgência, como é com relação ao projeto que o Ver. Prof. Alex Fraga acabou de citar; então, gera uma espécie de provocação. Eu lembro que, no ano passado, às 11h30min de quarta-feira, o projeto foi colocado para ser votado às 14h, em meia hora ou 40 minutos, os servidores e servidoras do Município, cidadãos e cidadãs, conseguiram se mobilizar e vir à Câmara, e logicamente vieram sabendo desse ataque. O então Presidente da Câmara chamou a Brigada Militar, tivemos bombas de gás aqui na Câmara Municipal. E a gente espera, Presidenta Mônica, que isso não aconteça

pág. 2

novamente. Isso só aconteceu porque foi tomada uma decisão que contraria inclusive a lógica da Câmara, que, na quarta-feira de manhã, na reunião de líderes, decide os projetos que serão votados na semana seguinte e não na mesma tarde do mesmo dia. Então, digo isso como uma espécie de alerta e acreditando na sua sabedoria, que não precisa olhar para os servidores e servidoras do Município como bandidos, como pessoas que vieram aqui para causar algum tipo de dano ao patrimônio. Essa é a primeira questão.

Gostaria de dar as boas-vindas ao Ver. Comassetto, que integra a nossa bancada, com a assunção do cargo de deputada estadual pela nossa ex-vereadora Sofia. Nós o saudamos, ele que deverá usar a tribuna em breve para nos cumprimentar.

Então, o projeto, que chegou, no final da semana passada, repete a mesma ladainha de tentar equiparar servidores públicos com pessoas que trabalham na iniciativa privada. Essa ideia de querer achatar os vencimentos e dizer que servidores e servidoras têm o privilégio, querendo comparar, simploriamente, com a pessoa que trabalha na iniciativa privada, não faz sentido nenhum. Eu costumo dar o exemplo de uma pessoa que entra numa empresa, Ver. Cecchim, ganhando R\$ 1 mil. Se ele ou ela, daqui a 15 anos, receber os mesmos R\$ 1 mil – digo os mesmos, porque nós sabemos da falta do reajuste inflacionário a que os servidores e servidoras do Município estão sujeitos, há muito tempo –, essa pessoa, logicamente, vai procurar um outro emprego. Ela tem o legítimo interesse em ter, daqui a 3, 10 ou 20 anos, a sua remuneração muito melhor do que a remuneração pela qual ela entrou naquela empresa. Digo isso para mostrar a diferença abissal entre uma pessoa que trabalha na iniciativa privada, só na questão remuneratória, com os servidores e servidoras do Município. Nem quero falar aqui da existência do FGTS e de outras questões que tornam a iniciativa privada diferente dos servidores e servidoras do Município. Digo isso lembrando, também, que os servidores e servidoras vocacionados para servir ao público, logicamente, ao longo de uma carreira, conseguem desenvolver técnicas e uma *expertise* que a iniciativa privada, pela alta rotatividade, não tem condições de oferecer, principalmente quando se trata de atendimento aos direitos da população. Então, quero fazer uma fala, principalmente, direcionada aos vereadores que entram na Câmara, neste momento, aqui vejo o Pastor Hamilton e o Conceição, não vejo agora a Ver.^a Lourdes Sprenger. A esses vereadores, que talvez não viveram todo o tensionamento de 2017 e 2018, digo que eu gostaria que não enfrentassem, não tivessem

pág. 3

que presenciar esse tipo de enfrentamento que não faz bem para a Cidade. Ele só aconteceu graças a uma ação do prefeito, de quem esperávamos que tivesse aprendido a forma de governar. Podemos até discordar das ideias, mas ele repete o mesmo *modus operandi*: protocola projetos aqui, neste caso, pelo que estamos entendendo, quer fazer votar esse projeto antes do carnaval, porque acredita que os servidores e as servidoras não estarão aqui, estarão desmobilizados; mas está redondamente enganado, e a tarde de hoje mostra a mobilização que foi feita no final de semana e que lota aqui um dos lados na nossa galeria. Parabéns a todos e vamos à luta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores municipais que estão conosco nesta tarde e demais participantes dessa nossa reunião. Eu vou repetir aquilo que eu tenho dito: eu sou servidor público desde 1975, são 44 anos, e tenho acompanhado muito de perto essa discussão que vem de longe. Eu trabalhei na União, no Ministério da Fazenda; no Estado, na Secretaria da Fazenda; estou aqui no Município, vem de muito longe, na Câmara; e estive no Executivo também. É verdade que os tempos mudaram, meu caro Ver. Moisés; os tempos mudaram. Hoje nós ouvimos com uma frequência muito grande uma conversa: “O resultado das urnas sinalizou”. E a ideia de que as urnas sinalizaram por mudanças – e quando se fala em mudanças, a primeira coisa que se pensa é no servidor público da União, do Estado e dos municípios –, a ideia da sinalização, é a retirada de direitos que foram conquistados durante décadas. E nessa ideia de que as urnas sinalizaram, fale com um deputado estadual hoje e ele diz que tem que votar favorável à privatização, isso e aquilo, porque as urnas sinalizaram. Na verdade, a coisa não é bem assim, ou melhor, não foi bem assim, porque, se o nosso Presidente Bolsonaro teve 50% de votos, nós não podemos esquecer que quase 30% dos brasileiros não votaram, o que significa que 80% das urnas não sinalizaram dessa forma, não. Portanto, nós temos que ter um cuidado quando se fala na questão de projetos que chegam aqui e que pretendem retirar praticamente 100% dos direitos que se conquistou. Não é bem assim.

Por outro lado, vou repetir o que sempre se diz aqui, servidores públicos: nós contribuimos com a totalidade dos nossos vencimentos. Isso vem de décadas. É por isso que a nossa aposentadoria é diferenciada daqueles que contribuem uma parcela bem menor. Se você contribui sobre R\$ 5 mil, vai receber, na inatividade, na aposentadoria, R\$ 5 mil; se você contribui sobre R\$ 2 mil, vai receber R\$ 2 mil. A iniciativa privada não contribui sobre a integralidade dos vencimentos. Por outro lado, com 44 anos de serviço, imaginem, se eu tivesse, quando me aposentei, retirado o direito ao FGTS, meu caro Ver. Prof. Alex, a diferença seria muito grande. Portanto, nós estamos aqui atentos àquilo que se está discutindo e que vamos discutir. Já conversei com lideranças dos servidores, no caso o Simpa, e estamos dispostos a trabalhar pela manutenção das conquistas que nós, servidores públicos, obtivemos por longa data de discussão.

Vou concluir dizendo, nos dois minutos que me restam, que sou aposentado, 50% do meu salário é o básico e os outros 50% são gratificação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...contribuí para a integralidade. Um abraço e obrigado, Mônica, pelo tempo a mais.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, trabalhadores municipais que estão aqui presentes, na verdade, cansados de ter que vir à Câmara de Vereadores para defender seus direitos e os direitos do povo, porque os direitos do povo são também direito a um serviço público decente, e não há serviço público sem servidor público.

O governo Marchezan começou, em 2017, atacando o serviço público; agora começa 2019 atacando o serviço público. É um governo que não se cansa de tentar derrotar o serviço público. O Edson está aqui, não é à toa que faltou água na Restinga, na Lomba do Pinheiro; a população tem que saber disto: faltou água porque o governo sucateou e segue sucateando o DMAE. Sucateia! Não há inchaço no DMAE; no DMAE há falta de técnicos, de engenheiros, a população necessita disso, e o governo faz discurso de que é preciso reduzir o número de servidores públicos e reduzir os salários dos servidores

públicos. Esse é o projeto que o governo volta a colocar na Câmara de Vereadores. É incrível! O governo tem uma decisão política, o Marchezan é a expressão da retomada de um projeto neoliberal que começou no Brasil com o Collor. Eu reconheço aquilo que o Ferronato falava, que a vitória do Bolsonaro na eleição foi uma vitória de uma posição reacionária, embora o Bolsonaro tenha escondido o seu programa durante a campanha eleitoral, a tal ponto que ele se recusava a ir aos debates. O Bolsonaro escondeu seu programa, o Bolsonaro chegou a dizer que era um crime uma aposentadoria aos 65 anos, e agora o projeto dele é a aposentadoria aos 65 anos. Desse ponto de vista, um estelionato eleitoral. Mas é verdade que foi uma candidatura reacionária que venceu a eleição, e é verdade também que no Estado dois candidatos que foram do 2º turno são dois candidatos que defendem uma agenda neoliberal, de ataque ao serviço público.

O governo Marchezan, novamente, vem com força total com o seu projeto de ataque. Um projeto de ataque que liquida com a carreira do serviço público. Este é o sentido do projeto: liquidar a carreira dos servidores públicos! Qual é a base desse ataque? O governo sabe que agora o MDB se aliou ao Eduardo Leite, então, ao Sartori e ao Eduardo Leite, que brigaram durante a campanha, os dois partidos vão governar juntos o Estado. E aqui no Município de Porto Alegre, o Mauro Pinheiro está felicíssimo, porque, agora, pode, às vezes, até apresentar o André Carús como parte da base do governo. O MDB de fato entrou no governo. Então, o governo ganhou força na Câmara e quer se apoiar nessa força para passar o seu pacote antipovo, antisserviço público, antisservidor público. Mas eu quero chamar a atenção dos vereadores e das vereadoras: a derrota no governo do ano passado, a divisão da sua base se deu à falta de coesão dos vereadores junto ao governo, se deu também que no ano passado era um ano eleitoral, e os vereadores pensaram duas vezes antes de votar. Esse ano não é um ano eleitoral, mas eu quero alertar aos vereadores e às vereadoras que ano que vem é um ano eleitoral, e cada vereador e cada vereadora vai ter que renovar o seu próprio mandato! Isso tem muita importância! Pensem bem! Pensem bem, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras! Quem disputou para deputado e quem se elegeu entre os vereadores? A Fernanda Melchionna se elegeu; A Sofia, a Fernanda, o Maroni, que muitas vezes votava com o governo, no caso dos servidores, votava com os servidores, razão pela qual também se elegeu, senão não teria sido eleito! O Sabino fugiu da briga como o diabo da cruz. Então, eu vou fazer um chamado, o Cláudio, a Lourdes, os vereadores não têm por que se

pág. 6

suicidar por causa do governo Marchezan. Esse é o apelo que vamos fazer: não se matem por causa do governo. O Mauro Pinheiro está contente, achando que tem a base toda coesionada, razão pela qual ele quer votar rápido, mas eu alerto aos vereadores que não sigam a orientação do Mauro Pinheiro, porque vocês vão perder quando o povo tiver oportunidade de votar de novo. Isso é um apelo à inteligência de todos. Eu acho que faz... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, trabalhadores municipais que se encontram aqui nesta Casa; eu estranho por que um projeto, que duas vezes já chegou aqui nesta Casa e foi derrotado por duas vezes, teve que voltar a esta Casa para novamente ser derrotado. Será que foi a nova composição de vereadores que aqui chegou que permitiu que o governo tivesse esse fôlego? O Ver. Conceição é servidor público, a Ver.^a Lourdes é servidora pública, o Ver. Comassetto sempre esteve ao lado dessa causa, o Ver. Rafão é servidor público, o pastor Hamilton é um homem de Deus, não vai fazer sequência a um projeto que já foi por dois anos consecutivos derrotado nesta Casa. Acredito que antes de elencarmos os servidores como os culpados das coisas que acontecem em Porto Alegre, nós temos que resolver as coisas que acontecem em Porto Alegre. Agora, um alerta aos servidores, principalmente à direção do Simpa e do Sindicâmara: as coisas, muitas vezes, acontecem no nosso meio. O projeto foi protocolado na quinta-feira, e o Terres me ligou na própria quinta. Eu disse para ele que não tinha nada ainda, que ia demorar. Para nossa surpresa já tem até parecer do procurador da Casa. O procurador, ele é o quê? Ele foi eleito para estar aqui dando pareceres? Ele tem votos para estar aqui dando pareceres? Ele depende da opinião pública para estar aqui dando pareceres? Ou o procurador é colega de vocês, ele é um servidor público e dá parecer a favor da política proposta? Dá parecer contra vocês e a favor da política proposta, num projeto que já foi derrotado duas vezes? Ele acha que não vai ser prejudicado se isso for aprovado. Ou ele não entendeu nada, ou ele está saindo do setor público, é a conclusão a que eu chego. Se eu dou um parecer contrário ao que eu

represento, ou eu não entendi nada, ou eu estou indo embora. O parecer da Procuradoria é de que o projeto novamente tramite do jeito que vem tramitando, de que o projeto novamente possa cumprir os seus trâmites e seja votado nesta Casa. O procurador deu esse parecer.

Nós estamos convictos, já por duas votações, do que vamos fazer nesta Casa. Eu acredito que não será essa troca, que, pelo contrário, incluiu aqui na Casa, quatro servidores públicos, quatro pessoas que sabem a realidade do serviço público, sendo que duas dessas pessoas trabalham na área de segurança pública e sabem o que é imprescindível. Outra pessoa trabalha na área da Fazenda e sabe o que são os números. Não acredito que esta Casa irá fazer o que se vê em vários lugares: culpar os trabalhadores pela má gestão pública, culpar os trabalhadores pelo que não tem sido feito, culpar os trabalhadores por uma aglutinação de coisas erradas que vêm vindo e vêm vindo e vêm vindo. Eu falo agora como representante de uma categoria de mais 140 mil trabalhadores, eu falo como representante da categoria dos comerciários, como representante da categoria dos rodoviários, dos vigilantes, dos zeladores, como representante de várias categorias da iniciativa privada, mas, principalmente, da minha categoria dos comerciários de Porto Alegre. Nós precisamos das senhoras e dos senhores nos postos de saúde, nós precisamos das senhoras e dos senhores nas escolas dando aula para os nossos filhos, nós precisamos das senhoras e dos senhores cuidando das nossas famílias e dos nossos filhos nas ruas e bairros de Porto Alegre; nós trabalhadores, moradores desta Cidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Nós não vivemos sem servidor público, porque vocês estão lá no posto de saúde, na UPA, nos hospitais públicos, nas escolas dando aula para os nossos filhos, e não podemos abrir mão disso. Nós não temos plano de saúde, nós não botamos os nossos filhos em escolas particulares, nós dependemos exclusivamente do setor público, nós dependemos exclusivamente das senhoras e dos senhores, por isso, é nossa obrigação defender as senhoras e os senhores. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares nos dias 25, 27 e 28 de fevereiro de 2019. Em votação.

pág. 8

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

(Manifestações das galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, ficamos muito satisfeitos com as suas presenças, apenas solicito que as manifestações sejam feitas após a fala dos vereadores, para que eles consigam transmitir a sua ideia. Obrigada.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mônica; demais vereadoras e vereadores; público que nos assiste na TVCâmara; e sejam muito bem-vindos os servidores aqui nas galerias da Câmara Municipal de Porto Alegre, fazendo o seu papel de reivindicar os seus direitos, o que é bastante digno e é um direito de cada um de vocês. Mas quero dizer que a minha função aqui, como líder do governo, é defender os projetos do governo, e assim o farei, independente das suas posições e das suas ideologias. Sou totalmente favorável a esse projeto, assim como já fui favorável àquele projeto, no dia 12 de julho de 2018, em que votei favorável, apesar de não ter sido aprovado.

Eu quero cumprimentar a deputada federal Fernanda Melchionna e a deputada estadual Sofia Cavedon – sejam bem-vindas ao nosso plenário.

Quero dizer que, sim, defenderei esse projeto, porque acredito que é um projeto correto e bom para a cidade de Porto Alegre. Respeito aqueles que têm uma opinião divergente da minha. Esse projeto nada mais é do que o que já foi feito no governo federal e no governo estadual, onde foram revistos esses avanços nessas duas esferas, e que o Município de Porto Alegre, de forma tardia, o fará, quando, nos próximos dias, nós teremos o regime de urgência para votá-lo o quanto antes, tendo em vista que é um projeto que é do conhecimento de todos os servidores e desta Casa. Não é exatamente igual, porque uma das maiores reivindicações dos servidores era a questão do regime, e esse projeto não vai tratar do regime, vai tratar do triênio, que, em vez de levar três anos para ganhar 5%, serão cinco anos para ganhar 3%. Os avanços de 15 e 25 anos serão extintos e as funções gratificadas também não mais serão incorporadas. Então, são de três itens que

vamos tratar nesse projeto, que é do conhecimento de todos os senhores, e nós temos, sim, urgência, porque o Município de Porto Alegre precisa fazer o seu dever de casa, e nós estaremos à frente desse trabalho, defendendo...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, mais uma vez solicito que os senhores e as senhoras esperem o vereador que está na tribuna finalizar a sua manifestação.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, só gostaria que os servidores tivessem, pela minha pessoa, o mesmo respeito que tenho por eles, para poder colocar as minhas ideias, assim como eles têm as suas ideias. Quero me colocar à disposição de todos para qualquer dúvida, qualquer esclarecimento. Estou à disposição para me reunir com quem quiser, para que a gente possa discutir a matéria, assim como me coloco à disposição de todos os vereadores, independente de oposição ou situação, para que, na próxima quinta-feira, possamos fazer o debate com os vereadores apresentando o projeto e explicando...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, já lhe restabeleço o tempo. Senhores e senhoras, para que esta sessão transcorra normalmente, solicito, mais uma vez, que aguardem a manifestação do vereador que está na tribuna.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, então quero me colocar à disposição de todos para tirar qualquer dúvida, explicar o projeto. Ver. Ricardo Gomes, na minha opinião, este projeto é importante porque, quando foram criados os triênios, os avanços, o País tinha uma outra realidade econômica, no momento em que o País vivia um outro período. Nós tínhamos uma inflação de quase 100% ao mês, hoje a inflação no nosso País é de 1% a 2% ao ano. Então, hoje, o crescimento de Porto Alegre é abaixo das nossas despesas; nossa receita é menor que a nossa despesa. Portanto, nós temos que, sim, rever os gastos do Município e temos que ter um Município que preste serviços

públicos e não só serviços estatais como temos acompanhado que são serviços não públicos e que as pessoas não conseguem ter acesso.

Então, vamos defender, sim, esse projeto e outros projetos que busquem a melhor qualidade dos nossos recursos públicos, tendo em vista que no ano de 2018 nós gastamos mais de R\$ 3,5 bilhões com despesa de pessoal e déficit previdenciário. Portanto, nós precisamos fazer a revisão para que o Município de Porto Alegre sirva a sua cidade, a sua sociedade e não a um grupo seleto de pessoas. Sou, sim, favorável ao projeto e vou defender, e estou à disposição de todos vocês para que possamos fazer um bom debate. Muito obrigado e um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cassio Trogildo.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, eu queria agradecer ao Ver. Cassio Trogildo, que me cede este tempo em Grande Expediente, onde eu quero comentar alguns temas importantes. Há poucos dias, nós vimos uma sucessão de eventos trágicos que ocorreram, como o rompimento da barragem de Brumadinho, que deixaram mais de 169 mortos e 140 pessoas continuam desaparecidas. Já teve uma desgraça idêntica a essa em Mariana, que já tinha vitimado em torno de 20 pessoas, e, além do dano ambiental que essas duas tragédias causaram, irreparável, a curto, médio e longo prazo, quantas tragédias ainda irão se repetir? Quantas tragédias como essas, que, com certeza, não são acidentes, em hipótese alguma são causas naturais, e muito menos uma consequência, como alguns tentam dizer, do astral... Isso é completa negligência, completa falta de respeito com as pessoas, com o meio ambiente, com todos os seres humanos. Isso precisou acontecer duas vezes, precisou sucumbir em torno de mais de 300 pessoas, algo irreparável com o meio ambiente, para que o governo publicasse, como publicou hoje, uma resolução determinando a proibição de construção de barragens

como essas que estão desativadas e são remanescentes de mineradoras, de carboníferas, de uma série de outros temas.

Dessa mesma forma, em 2013, aqui no nosso Estado tivemos uma das maiores tragédias já registradas em casas de entretenimento, causando a morte de mais de 242 jovens: imprudência, descumprimento de normas, falta de fiscalização. Novamente se falou em vários temas, mas se viu a negligência acontecer - ficaram devendo muita coisa. Não é o ressarcimento financeiro que vai trazer de volta esses 242 jovens para suas famílias, mas o sentido de ver os culpados punidos, as pessoas que foram negligentes começarem a saber que terão que ter responsabilidade. O tempo vem passando, e providências não são tomadas – vimos centenas e centenas de casas no Brasil inteiro, funcionando. Esperamos que tragédias como essa não se repita! Durante a tragédia da boate Kiss, várias leis, vários projetos de PPCI surgiram, foram discutidos, depois começaram a se afrouxar! Nós mesmos aprovamos um projeto aqui nesta Casa, o selo Casa Segura, que certifica estabelecimentos em dia com as normas de segurança, tipo um selo como o que temos hoje para vários produtos, para o café, o arroz, origem dos produtos orgânicos, que se espalhou, serviu de exemplo em outras cidades, mas, pelo jeito, a negligência continua porque vimos, há poucos dias, a tragédia que aconteceu lá no Flamengo em que dez jovens sucumbiram, dez jovens perderam sua vida para negligência. Então, é preciso muito proteger a vida e o bem-estar das pessoas. Neste Grande Expediente – volto a agradecer ao Ver. Cassio Trogildo por me ceder tempo –, gostaria de chamar atenção, principalmente aos órgãos fiscalizadores, mas também a nossa atenção, enquanto sociedade, enquanto Pais, enquanto educadores, filhos, enquanto cidadãos, em tudo, pois nós temos que aprofundar essa discussão e fiscalizar. Quando virmos um local, uma casa, algum ambiente que não compreenda essas determinações, nós temos que cobrar e exigir.

Falando sobre isso, nós estamos acompanhando, desde a semana passada, o pedido da Associação de Transportadores de Passageiros para que haja um reajuste nas passagens de ônibus de Porto Alegre. As empresas querem que esse reajuste seja de 9,3%. Alegam várias questões para pedir esse reajuste – várias! Alegam que diminuiu, por exemplo, o número de passageiros. Só que a diminuição de número de passageiros já era prevista lá no edital, quero que os colegas vereadores se atentem a isso. Lá no edital, no item 1.7 e 1.8, já previa a concorrência dos BRTs e do metrô. Só que os técnicos do

Comtu, que é o conselho que termina o reajuste dos transportes, as normas e condições do transporte de Porto Alegre, juntamente com os técnicos da ATP e os demais técnicos que fizeram o edital para o sistema de transporte de Porto Alegre, na época, achavam que alguns sistemas de transporte que hoje se agregam em Porto Alegre, pelo jeito, não vingaria, que vingariam os BRTs e o metrô, que era uma utopia. Mas não vingaria, Ver. Moisés Barboza, as *bikes*; não vingariam o que nós inauguramos na semana passada, os patinetes; não vingariam os aplicativos, e o que se inaugurou há 30 dias: o compartilhamento dos aplicativos e dos táxis também, na cidade de Porto Alegre. E aí alegam que diminuiu o número de passageiros no sistema de transporte de Porto Alegre, que esses passageiros deixaram de andar nas linhas de ônibus de Porto Alegre. Diminuiu de 17,8 milhões para 14,1 milhões de usuários, mas isso era previsto lá no edital quando eles entraram. E eles sabiam disso, como sabiam que teriam que botar ar-condicionado nos ônibus, porque, antes de entrar no edital, eles renovaram a frota de ônibus, Ver. João Bosco, sem o ar-condicionado. Compraram os ônibus antes do edital! Sabiam que tinha edital, sabiam que iam ganhar o edital e não compraram os ônibus com ar-condicionado, agora ficam chorando que não tem passageiro e que o ganham é para pagar o salário dos funcionários, que tiveram reajuste de 3,4 e para pagar o *diesel*, que teve uma redução do governo federal, mas querem um reajuste de 9,3 e aí não cumpriram itens do edital. Itens importantes do edital.

Eu não fico aqui só na questão do ar-condicionado, porque agora é um período em que o ar-condicionado faz falta, mas eles sabiam que teriam que botar ar-condicionado. Esse sistema antes, volto a afirmar, comprou 72 veículos para frota sem ar-condicionado. O sistema, no horário de pico, teria que botar em cada ônibus quatro passageiros por metro quadrado, mas não cumpriu isso até hoje, Ver. Ricardo Gomes. Até hoje o sistema não cumpriu com isso; pelo contrário, vem retirando ônibus do horário e empilhando passageiros no sistema de transporte. Um sistema que tinha que fazer uma adequação da frota, mas não fez, um sistema que tinha que colocar um aplicativo à disposição da população, para saber o horário desse ônibus, o itinerário, ver se esse ônibus estava vindo, se ia demorar, o que tinha acontecido, até agora não o fez. Diz que aplicou um sistema no Tri, para as pessoas poderem carregar com cartão de crédito, para poder carregar o Tri e ver seu saldo, ver os últimos dias que usou, como usou, para dar a informação necessária para a população, mas essa informação interessa à ATP, não

interessa ao passageiro, que sabe onde usou suas passagens, como usou e como deve usar. Esse consórcio, que fica pressionando o governo, dizendo que, se o governo tirar o direito das pessoas com deficiência, se o governo tirar o direito das pessoas com deficiência, se tirar o direito dos idosos, se acabar com a segunda passagem, se fizer isso, se fizer aquilo, se der 2% de redução de impostos, não iria aumentar a passagem, agora pede um reajuste de 9,3%. Não houve nenhum setor com um reajuste desse tamanho. Os servidores das empresas de transporte e segurança, volto a afirmar aqui, tiveram um reajuste de 3,4%; o *diesel* diminui seu preço, e os ônibus, na cidade de Porto Alegre, que já deveriam ter o problema resolvido, continuam com superlotação, atrasos e com a falta de ar-condicionado.

Vereador Paulinho Motorista (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cláudio Janta, falando sobre o ar-condicionado, coloquei lá atrás o projeto sobre o ar-condicionado dos ônibus. Até porque, por 24 anos, fui motorista de ônibus e sei bem pelo que o passageiro passa. Aquele projeto passou na Câmara, vetaram, voltou, derrubamos o veto, na época, e foi parar até na Justiça essa situação sobre o ar-condicionado. Até falei na época que desembargador nunca andou de ônibus, principalmente uma hora e meia dentro de um ônibus sem ar-condicionado. Essa é a nossa luta sempre, e sei que V. Exa. também atua nessa área, e a gente tem que cobrar essas coisas. Há passageiros até hoje andando por uma hora e meia, ou mais, sem ar-condicionado até Lami, Cantagalo, Belém Novo, Restinga, Ponta Grossa, Moradas da Hípica, eu ficaria um dia aqui falando nas linhas. Então a gente tem que cobrar, com certeza. Obrigado.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Obrigado, Paulinho. Essa irresponsabilidade que nós falamos que aconteceu em Mariana, em Brumadinho, no Flamengo, na Kiss, sobre isso que nós estamos cobrando no setor de transportes. Nós estamos vendo, por parte dessas empresas que participaram da última licitação, um completo desleixo. Nós estamos vendo, dessas empresas, um completo descaso com a população de Porto Alegre. Ou será necessário acontecer a dita tragédia para que providências sejam tomadas? Ou será necessário que tenhamos noticiada, em todos os jornais, rádios e televisões do Brasil, a tragédia, como aconteceu nesses locais que ninguém achava que

iria acontecer? Jamais se imaginou que iria acontecer. Agora, se nós tivermos empresa de ônibus que não renovou a sua frota, empresa de ônibus que não mantém acessibilidade para as pessoas com deficiência, ônibus que tem aumentado o prazo de duração e não fazem as revisões necessárias, prestando um serviço de qualidade duvidosa, que vem diminuindo ano após ano, que vem precarizada ano após ano, será que não estaremos perto de uma tragédia dessas? Então, esse... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que nós fizemos aqui na questão do transporte, a população de Porto Alegre não aguenta mais pagar o custo dessa passagem. E quero fazer um alerta que eu já fiz aqui para as empresas, para os seus representantes: não adianta querer somente que o passageiro pague a passagem. Nós temos que discutir o sistema do modal como um todo. Hoje nós temos as bicicletas, hoje nós temos já os patinetes, hoje nós temos todo o sistema de aplicativos, nós temos os carros compartilhados, os táxis compartilhados, temos os táxis-lotação, temos a carona compartilhada, então não vai ser sangrando o usuário que vai melhorar o sistema de transporte de Porto Alegre. Novamente quero agradecer ao Ver. Cassio Trogildo por me ceder seu tempo em Grande Expediente e às senhoras e aos senhores por terem me escutado. Muito obrigado. Que Deus abençoe e ilumine a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Conceição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ver. Cláudio Conceição, por estar me cedendo seu tempo. Quero saudar esta Casa – que não está cheia –, quero saudar os vereadores que estão aqui e começar denunciando o absurdo que é a gente ter servidor público do lado de fora da Câmara de Vereadores, sendo que a gente percebe, visivelmente, que tem espaço aqui dentro para todo mundo estar conseguindo acompanhar a discussão de algo que é essencial na vida dessa galera que veio para cá, que mexe com a vida de mais de 15 mil famílias, que são servidores públicos. Essa proposta de alteração, esse ataque do governo Marchezan se reflete nesse PLCE nº 002/19.

Eu queria colocar também que tem muito vereador aqui que está acostumado a falar para essas salas vazias. Muito vereador, às vezes, nem escuta o que o companheiro está falando aqui da tribuna, mas para nós é um privilégio ver o povo frequentando a dita Casa do Povo, e a gente conseguir discutir realmente com quem é impactado por tudo aquilo que a gente vota dentro desse espaço. Dando a continuidade, a ideia aqui é a gente discutir esse projeto que ataca a carreira dos municipais. Iniciar colocando que o Brasil, em âmbito de emprego, de direitos, é o País dos extremos. Ao mesmo tempo em que a gente tem trabalhadores que recebem do Estado auxílio-moradia, mesmo tendo casa para morar, auxílio-paletó, auxílio-pão-de-queijo, até auxílio que a gente nem imagina, servidores que recebem salários exorbitantes, de até R\$ 30 mil, temos, nesse mesmo Brasil, trabalhadores que limpam, cozinham, fazem a nossa segurança e que, hoje, estão sem receber as férias, sem receber as verbas rescisórias; trabalhadores que são assediados, que cumprem outras funções que não aquelas previstas dentro dos contratos e que, quiçá, estão recebendo seus salários em dia. Eu estou falando das trabalhadoras do Município de Porto Alegre. Nós, da bancada do PSOL, não defendemos esse Brasil dos extremos. E o que está previsto hoje, dentro do Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município, é o exemplo da valorização profissional. Uma valorização, como eu disse anteriormente, que envolve não só os servidores ativos, mas mais de 15 mil famílias que são beneficiadas por esse plano de carreira. São 15 mil famílias que estão vivendo a crise do desemprego estrutural, sobretudo da juventude, que só aqui, na Região Metropolitana de Porto Alegre, envolve 227 mil pessoas que estão passando por esse processo de desemprego. Se hoje as instituições públicas do Município são insuficientes para as demandas das comunidades – Restinga, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro –, com certeza, a solução não é atacar o plano de carreira da categoria, pelo contrário, a gente precisa investir em formação técnica, em formação política e nas estruturas das instituições. Semana passada, a gente esteve numa reunião da Comissão de Educação, Esporte e Juventude, uma reunião específica para debater a falta de vagas dentro da rede municipal de Porto Alegre, e o Ver. Medina trouxe o dado de que 135% dos recursos da SMED, que servem para manutenção de todas as escolas, não foram repassados. Hoje, esses trabalhadores, servidores públicos que estão aqui, estão trabalhando para suprir o déficit de mais de mil profissionais, desde técnicos de enfermagem, psicólogos, médicos. Só com o levantamento da falta de professores,

chegamos a mais de 800 para cumprir essa ausência de quadros dentro das escolas. Recentemente, a gente recebeu aqui, na Câmara de Porto Alegre, uma comitiva dos profissionais da saúde que passaram no último concurso, foram aprovados e estão até agora esperando para serem convocados, para suprir esse déficit que existe dentro da área da saúde. Essa mesma situação também ocorreu no último concurso para professores das séries iniciais. Houve uma demora na liberação dos resultados pela falta de pagamento da Prefeitura para a Fundação La Salle. Um concurso onde foram aprovados um pouco mais de cem professores, um número muito mais abaixo do que é preciso hoje na rede, ainda assim, não foi realizado o concurso para as áreas específicas para suprir essas demandas dentro das escolas. Marchezan e seus amigos empresários estão lucrando em cima da Cidade, eles retiram os direitos dos trabalhadores e com uma má gestão do dinheiro público. Só nesses dois anos de governo, a Prefeitura já perdeu R\$ 200 milhões de verbas a fundo perdido, da grana que seria destinada para o DrenaPOA, que é um projeto de melhorias do escoamento das águas da chuva na Cidade. Também a Prefeitura, em conjunto com a Câmara de Vereadores, aprovou um aumento do que foi, nos primeiros anos, de R\$ 8,6 milhões para o custeio de propaganda para R\$ 34,9 milhões em 2019. Quatro vezes maior o valor investido em publicidade nos dois primeiros anos de gestão. Outra promessa do Governo Marchezan foi o corte do número de CCs, cargos comissionados. Chegou a dizer que ia diminuir o número para 260 CCs, porém, em 2017, esse número já era de 671 cargos comissionados recebendo uma média de R\$ 7,9 mil. No mesmo ano, também havia 161 CCs que estavam recebendo salários de acima do teto da remuneração, de R\$ 9,3 mil por mês. Sem contar que tem uma série de cargos que estão previstos dentro do *site* da Prefeitura, de funcionários que estão locados em instituições, em órgãos que não existem mais. Enfim, o projeto do governo Marchezan, dentro de todo esse contexto, é uma afronta para a dignidade conquistada a duras penas pelos servidores de Porto Alegre. Além dessa galera, desses servidores que estão lá na ponta, no dia a dia, trabalhando com todas as contradições, da falta de direito dentro das comunidades, esses servidores, que estão há 36 meses sem receber o reajuste inflacionário, o projeto de lei do governo quer colocar que os reajustes incidirão sobre a base do salário deles. Aqueles salários que eles começaram a receber lá no início da carreira. É um projeto que extingue os triênios; é um projeto que reduz a parcela do quinquênio para 3%; é um projeto que acaba com as gratificações adicionais por tempo

de serviço, e pouca gente sabe, da população de Porto Alegre, que servidor público não tem fundo de garantia. Ou seja, é o nosso plano de carreira que garante, minimamente, a gente ter uma sustentabilidade, uma vida digna, para conseguir, de forma mínima, comprar um imóvel, comprar um carro e conseguir a dignidade para as nossas famílias. Isso dentro de um contexto que também a previdência dos municipais vem sendo atacada. Nesse sentido, a gente não pode corroborar com que o Marchezan retire essa possibilidade da garantia de um futuro digno para os trabalhadores do Município e principalmente para as suas famílias.

O Ver. Janta também colocou aqui, antes, a questão do transporte público de Porto Alegre, que é mais um elemento dessa “panela de pressão” que os trabalhadores do Município estão vivendo. O aumento da passagem para R\$ 4,70. E, nesse sentido, é importante também estar convocando os trabalhadores do Município que estão passando por esse processo de desmonte para estarem participando de um protesto que o movimento estudantil, protagonizado pelos secundaristas, mas com a composição do movimento estudantil da UFRGS, do DCE da PUC, estão chamando para quinta-feira, às 9 da manhã, na frente da Prefeitura. Não é um momento de a gente se isolar das nossas lutas corporativas. A gente tem que estar prestando solidariedade, até porque somos nós que utilizamos esse transporte público. Então, como é que a gente consegue ir também, dentro do protesto estudantil, contra o aumento da passagem, e estar fazendo esta convocação para que eles também estejam entendendo e se colocando ao lado dos servidores públicos de Porto Alegre, quanto a mais esse ataque, quanto a mais essa retirada do governo Marchezan. A nossa possibilidade de vitória está na articulação das lutas dos de baixo, da luta dos taxistas, da luta das escolas de samba, que também tiveram o seu direito ao carnaval retirado, da luta das comunidades que vêm sofrendo com a falta d’água, a falta de luz, a luta dos servidores públicos do Estado, junto com esses estudantes, enfim, que é o principal sujeito, pessoas que utilizam o transporte público que também têm que estar junto com a gente se somando nessas batalhas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença da Ver.^a Sofia Cavedon, agora deputada estadual; da sempre vereadora também, Fernanda Melchionna, agora deputada federal, e do deputado federal Henrique Fontana. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o assunto é o mesmo que o prefeito manda para cá, e o meu discurso, a minha fala vai ser a mesma. Vou pedir ao líder do Governo, Ver. Mauro Pinheiro, que tem se mostrado compreensivo nessas matérias difíceis que o prefeito tem enviado para cá, porque embora este projeto não mexa exclusivamente nos regimes, mas revoga os regimes no plano de carreira dos funcionários. Essa é a situação. Obviamente, essa questão dos avanços, dos triênios estão nesse projeto, mas tem um artigo do projeto que revoga os regimes. Não sou eu, Ver. João Bosco Vaz, que vai votar para tirar os regimes e tirar 50% do salário de quem estudou, de quem se preparou e fez o concurso. Aqui temos vários advogados, competentes, que sabem que, se esse projeto for aprovado aqui, vai ser uma enxurrada de ações judiciais, e os funcionários vão ganhar, porque fizeram o concurso dentro de regras definidas. Fizeram o concurso dentro de regras definidas. Quer mexer nessas chamadas vantagens e avanços? Vamos discutir isso aí. Agora, revogar os regimes é impossível.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Pode ler, Ver. Mauro, revoga os regimes do plano de carreira, não no projeto, no plano de carreira! O funcionário tem 20, 25 anos de Prefeitura, ganha R\$ 10 mil por mês, paga casa, paga aluguel, paga inglês, paga condomínio, e aí nós vamos tirar 50% do salário de quem está concursado há 25 anos? Nós já falamos inúmeras vezes, Ver. Mauro, já conversamos com o senhor: quem sabe, nós vamos discutir essas questões todas daqui para frente? Agora, a urgência que foi solicitada, tem 45 dias para ser votado. Mas por que querem votar antes do carnaval, na quarta-feira que vem? É uma urgência desnecessária, nós temos 45 dias! Eu duvido que o Ver. Conceição, que está na base agora, que é funcionário concursado, vá votar para revogar os regimes no plano de carreira. Ver. Ferronato, que é funcionário público, não

vai votar! Mas todos os vereadores que são funcionários públicos estão dispostos a discutir essas questões daqui para frente. Agora, retroagir, isso é ilegal, não pode retroagir. Vou repetir: vai ser uma inundação de ações na justiça, e o prefeito e o vice-prefeito sabem disso, a Procuradoria do Município sabe disso. Aí mandam um projeto para cá para criar um constrangimento, para criar um confronto. Tem um vereador que está aqui, que eu não vou dar o nome, que me disse... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...a nossa zona de conforto. A zona de conforto do prefeito é estar brigando com alguém. (Palmas.) Isso um vereador me disse, e eu gostei dessa frase. E é verdade, todos nós temos uma zona de conforto, e a do prefeito é ter o embate com alguém. Então, Ver. Mauro, líder do governo, nos ajude – gostaria que V. Exa. nos ouvisse, estou fazendo um apelo a V. Exa. –, para podermos conversar mais, tentar decidir isso para, quem sabe, com mais conversa, com mais discussão, consigamos chegar a um denominador comum, não prejudicando o funcionalismo público e atendendo, no que é possível, o que a Prefeitura precisa. Muito obrigado, Sra. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h35min) Há quórum. Passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 003/18, por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 048/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Cláudio Janta (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, gostaria de agradecer a todos os vereadores por aprovarem a criação dessa Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Autistas.

Aproveito para solicitar a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 002/15. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE n 002/15.

Em discussão o PLE nº 002/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLE nº 002/15. (Pausa.)

REJEITADA por 22 votos **NÃO.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 002/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 3 **ABSTENÇÕES.**

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): Sra. Presidente, quero fazer um registro em homenagem a Vossa Excelência que preside uma sessão que consegue votar um projeto que está na Casa desde 2015!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito obrigada, vereador. Solicito às pessoas que estão no corredor que sentem nas cadeiras, por favor.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando adiamento da discussão e votação do PLL nº 192/17, por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito, mais uma vez, que as pessoas que estão de pé, no corredor, sentem nas cadeiras, para que nós tenhamos uma visão de quantas cadeiras estão sobrando.

Em discussão o PLL nº 117/17. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica, acho que foi atendido o seu pedido: as pessoas que estavam de pé no corredor sentaram, nitidamente, há muitos lugares. Portanto, depois da sua contagem, vai-se permitir que essas 50 pessoas que se

encontram lá fora possam ocupar aqui. Então, eu o agradeço pela gentileza de atender ao nosso pedido.

Quero cumprimentar aqui o deputado Henrique Fontana, a deputada Fernanda Melchionna, que também esteve aqui, e a deputada Sofia Cavedon. E, talvez, por uma coincidência, nós pedimos para votar este projeto, na quarta-feira de manhã, e o PLCE nº 002/19, que o prefeito apresentou, que é o motivo que traz os servidores e as servidoras do Município, é por conta desse projeto protocolado na quinta-feira, um dia depois do nosso pedido de priorização do projeto que nós intitulamos como criação do Programa de Incentivo à Qualidade de Vida e à Mobilidade Urbana. O projeto é muito simples, ele já foi analisado na legislatura passada, mas infelizmente não foi aprovado, e nós trouxemos novamente para esta legislatura. Trata efetivamente da flexibilização dos horários de entrada e saída da rotina diária dos servidores e servidoras do Município. Então, por uma coincidência, está-se para votar esse projeto na presença de vocês aqui; como expliquei antes, foi priorizado um dia antes do protocolo do projeto do prefeito Marchezan, que estamos lutando para que não seja aprovado.

O projeto é muito simples, já é feito em outras esferas, na federal e estadual, Ver. Conceição. Basicamente, ele permite, sem estabelecer aqui detalhes e regramentos, a possibilidade de o servidor e de a servidora não irem todos... A pergunta deste projeto é: por que todos os servidores e servidoras devem ir ao mesmo tempo e sair ao mesmo tempo do trabalho? Isso é ruim tanto para o servidor e a servidora, como para a mobilidade da Cidade. Então, estamos o propondo aqui, claro que não afetando o atendimento ao público, tendo uma conversa com a chefia, sendo de adesão voluntária desse servidor e servidora, mas adequando o horário de trabalho, que deve ser feito, quero reforçar isso. Não estamos aqui em redução de carga diária de trabalho, estamos falando aqui daquele servidor que, em vez de entrar às 8h30min, possa entrar às 7h30min ou às 9h30min, cumprindo toda a sua carga horária. Parece-me que é um projeto que trata da vida da Cidade, da qualidade de vida de toda a Cidade.

Noto que alguns vereadores que se posicionaram durante a tramitação nas comissões foram pela saída formal, dizendo que estamos interferindo na competência do prefeito. Não é verdade, nós trouxemos aqui, durante a tramitação do processo, inúmeros precedentes e decisões judiciais que mostram que essa não é uma interferência. A interferência seria se nós estivéssemos determinando um a um, em cada repartição, qual

horário, entrando num detalhamento amiúde da ideia do projeto. E não é o caso. Nós aqui estamos apenas estabelecendo um princípio geral. E é bom lembrar que o prefeito poderia fazer por si só; primeiro, a legislatura, o governo passado também não fez, então muitos vereadores que estavam na legislatura passada diziam que era uma boa ideia, mas que o Executivo teria que fazer. Eram do governo, mas não fizeram. Nós estamos novamente propondo num outro governo, e vejo que vereadores, aqui na tramitação do processo, estão usando o mesmo argumento. Então, eu peço alguma sensibilidade para trazer um pouco de racionalidade para o nosso ir e vir diário de Porto Alegre. Então, efetivamente, o projeto traz uma ideia arejada, dizendo isso parece um autoelogio, mas, na verdade, são ideias que já são feitas na esfera federal e estadual. E por que não fazer no Município de Porto Alegre? Peço que olhem com atenção, não temos pressa nenhuma de votar. Então, se os vereadores manifestarem algum tipo de dúvida, podemos conversar. A gente sabe que os vereadores tomam a atenção plena quando o projeto vem para o plenário, esse é o momento, espero que a gente consiga analisar. Se houver divergências, que sejam com fundamento e não por uma análise rápida e apressada. Peço então a aprovação dos colegas vereadores e das colegas vereadoras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 117/17.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto do Ver. Marcelo tem seu mérito, mas a iniciativa não é da Câmara. Não há como nós, vereadores de Porto Alegre, estabelecermos horários para os servidores do Executivo. Não há como. Eu acredito que seria uma bela proposta para fazer uma sugestão ao Executivo e não uma determinação nossa por lei. “Fica permitida a antecipação ou prorrogação de horários de início e término para o servidor da Administração Direta e Indireta.” O art. 1º e o art. 2º estão permitindo isso. O art. 4º diz que a saída do servidor do programa poderá ocorrer a qualquer momento, a seu pedido, sem a necessidade de justificativa. Isso poderá gerar uma discussão sem tamanho. O servidor hoje pede para começar mais tarde; daqui a um mês pede para voltar. Eu acredito que é uma bela ideia para sugerir ao Executivo o encaminhamento de um projeto

pág. 23

dessa natureza, porque eu sou favorável, por exemplo, ao trabalho à distância. Eu acho que nós vivemos um momento em que não é necessário todos os servidores, no mesmo momento, irem lá para as suas repartições; inclusive aqui na Câmara. É uma possibilidade que existe, está-se inovando em termos de País, Porto Alegre nada tem a esse respeito. Portanto, eu votei favorável ao parecer pela rejeição por causa disso. Eu não vejo como nós, do Legislativo, possamos interferir numa determinação de horários para os servidores do Executivo; teríamos, sim, poderes para fazer aqui na Câmara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 117/17.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Mônica Leal, que preside esta Casa; saúdo meus colegas vereadores e vereadoras e, assim, cumprimento cada um e cada uma; cumprimento aqui o meu colega e líder, Ver. Marcelo Sgarbossa, que apresenta este projeto que institui o Programa de Incentivo à Qualidade de Vida e à Mobilidade Urbana. Fiz questão de vir aqui discutir este projeto para dizer o seguinte, Ver. Marcelo: nós estamos aqui, neste momento, discutindo qualidade de vida e a qualidade da Cidade, e não existe cidade nenhuma no mundo que tenha qualidade que não tenha um funcionalismo eficiente, respeitado e que possa trabalhar esta cidade que sempre trabalhou. Nesse sentido, cumprimento, aqui, os funcionários públicos municipais que estão aqui justamente nesta agenda. Quero dizer que quando se trata de mobilidade urbana, e aqui o seu projeto é muito simples, pois propõe um escalonamento do horário do funcionalismo público municipal, um escalonamento não significa redução de trabalho, não significa redução de direitos, não significa redução daquilo que está conquistado por cada um e por cada uma desta Cidade. Sendo bem tratado o funcionalismo público, as cidades são bem tratadas! (Palmas.) E aqui eu quero dizer que o acúmulo que existe hoje do funcionalismo. E os senhores e senhoras que estão aqui discutindo, também, esse tema da qualidade de vida, da qualidade da Cidade, têm um acúmulo de, nada mais nada menos, três décadas, de 30 anos. Passaram por aqui os ex-prefeitos Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, João Verle, José Fogaça e o Fortunati. E quem não lembra, no debate

pág. 24

do governo Fortunati, que nós debatemos aqui, longamente, o efeito cascata. Foram dois anos de diálogo sobre o efeito cascata, e o projeto foi aprovado por unanimidade desta Casa. Agora, pergunto: quantos dias, quantas vezes se debateu para se chegar a esse projeto que está na Casa? Pelo que eu sei, nenhum dia. Portanto, já quero propor, aqui, ao líder do Governo, meu amigo Mauro Pinheiro, dois anos de debates para esse projeto para nós aceitarmos como precisamos fazer. Então, isso significa qualidade de vida, isso significa um programa de incentivo. E eu pergunto a um outro colega vereador nosso, que hoje é secretário, o Luciano Marcantônio, e quem vai para a Zona Sul, ali na Tristeza, onde estrangulava, na Vila Padre Réus, antes da Pedra Redonda, aquele projeto foi feito por quem? Não foi terceirizado, não foi contratado, foram os meus colegas engenheiros da antiga SMOV junto com a EPTC que desenharam, foram lá e executaram. Resolveram um gargalo da Cidade de muito tempo. Isso é dar qualidade de vida e é apostar em projetos. Quem desenhou e negociou a Terceira Perimetral? Quem não lembra? Onde estão os nossos colegas arquitetos, engenheiros e assistentes sociais que fizeram uma agenda magnífica? A maior obra dos últimos 50 anos em Porto Alegre foi feita e conduzida para melhorar a mobilidade e foi executada pelo funcionalismo público municipal. Portanto, Ver. Aírto Ferronato, o senhor que era do DEP naquela época, depois daquele período nunca mais o DEP apresentou um projeto de qualidade para a Cidade. A Cidade, literalmente, entrou pelo cano. Portanto, venho aqui dizer que discutir um projeto simples, mas eficiente como esse, é discutirmos o que nós chamamos de qualidade de vida para Porto Alegre. Então, nesse retorno, eu tenho a satisfação de iniciar com um projeto do meu líder, do meu colega Ver. Marcelo Sgarbosa, junto com a minha bancada, junto com todas as bancadas. Projeto, quando é bom para a Cidade, não pode ter bancada, não pode ter cor partidária, tem que ter aquilo que a Cidade merece... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, por mais algumas poucas palavras para concluir. Eu dizia aqui da minha satisfação, na primeira fala após o meu retorno, cumprimentando a ex-vereadora e Deputada Sofia Cavedon, que foi para a Assembleia Legislativa, e me somo aqui com os 35 colegas para pensar em uma Porto Alegre de qualidade, e, para isso, não tem dono da verdade. A verdade é feita com o diálogo, com o debate, com a criatividade e com o respeito dos direitos adquiridos. No funcionalismo, os direitos são direitos adquiridos, os defenderemos e os ampliaremos, e

buscaremos de vocês, sim, uma Cidade com qualidade. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 117/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; o mérito desse projeto é até bom para os funcionários, mas ele não tem guarida – juridicamente, não tem. Quero alertar aqui, e a vereadora Sofia está na Assembleia, que lá são 12 membros; na CCJ, Ferronato, não deu, parou, não continua nas outras comissões. Aqui a CCJ não deu guarida, deu inconstitucional, conseqüentemente, as demais comissões – CEDECONDH, CEFOR e COSMAM – seguiram a mesma ordem, e apenas na CUTHAB foi aprovado. Mas entendo que é uma reflexão para nós vereadores: se a CCJ vetou, ali devia parar. É por isso que nós perdemos tempo, é por isso que fazem projetos assim, assado, demora muito tempo, vêm para o plenário. A CCJ é a maior comissão, ela julga a inconstitucionalidade ou não. E ela julgou inconstitucional. O nosso procurador da Casa, em parecer anexo ao projeto, diz: “Há previsão legal para atuação do legislador”. Claro que há, desde que passe na CCJ e seja constitucional! Mais adiante ele diz (Lê.): “Contudo, os conteúdos normativos dos artigos 2º, 3º 4º e 6º da proposição, porque consubstanciam interferência na gestão municipal, vênha concedida, incidem em violação aos preceitos do artigo 94, inciso IV, da Lei Orgânica e do art. 15, inciso...”, e assim vai, como vocês já sabem é o tradicional artigo 94. Acredito que, para distensionar, no momento em que chegam projetos do governo, Cecchim, não vamos estar no varejo, atacando ali e acolá, obrigando o Executivo, quando, na realidade, nós não temos prerrogativa para obrigar o Executivo a fazer isso ou aquilo. Nós não temos essa prerrogativa: Legislativo é Legislativo, Executivo é Executivo. Assim como a gente cobra, muitas vezes, do Executivo que aqui não pode comandar, nós também não podemos passar os limites da constitucionalidade dos projetos. Peço ao Ver. Marcelo Sgarbossa que, numa nova oportunidade, “faculte ao prefeito”, não “institua”, aí vai obrigar uma negociação da categoria dos funcionários, vai abrir um diálogo, para buscar um entendimento. Não sou contra a ideia, mas insistirmos numa ideia que dá prerrogativa ao

prefeito de vetá-la, causa um problema maior para nós, quando poderíamos, facultando ao Executivo, criar uma ideia mais positiva e possibilitando distensionar a nossa reação em relação ao prefeito. Entendo que neste momento não há prerrogativa, principalmente devido à análise do procurador e à CCJ, que é a mais importante da Casa e que ali já deveriam parar os projetos que não passam, não deveriam tramitar em outras comissões. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLL nº 117/17. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): O que nós estamos vendo aqui, na verdade, é uma reprise da legislatura anterior, em que também se dizia, como eu falei antes, se dizia que não era competência, que o Executivo poderia fazer, e que era uma boa ideia. Isso foi há quatro anos, e ela não se efetivou, e não se efetivou também aqui na Casa, Presidenta Mônica, também não se efetivou aqui. Então, eu quero aqui, fraternalmente colocar um contraponto na fala do Ver. Ferronato e na fala do Ver. Cassiá, espero que possam mudar de opinião. Aqui no projeto está bem claro: o servidor e servidora deverá solicitar a autorização da chefia. Ou seja, não é simplesmente... Nós não somos também... Não vou usar a palavra ingênuo, mas não vamos tratar com tanta leveza assim. É óbvio que alguns serviços, mesmo que não sejam de atendimento ao público, eles dependem da presença de um outro servidor, de um colega, servidor ou servidora. Então, isso não cabe ao projeto fazer um detalhamento tão específico. Se nós fizéssemos, aí sim estaríamos interferindo na autonomia do Chefe do Executivo em gerenciar o Município e os servidores, não é o caso. Então, Ver. Ferronato, não é bem assim, como o senhor mesmo diz. Aqui nós criamos o programa, faculta, e acho que é bom aqui sempre trazer um princípio do direito administrativo, no direito administrativo o poder público só pode atuar, quando tiver lei que o autoriza. Aqui está sendo autorizado. O privado pode fazer tudo que não está proibido. Este é um princípio geral do Direito, se diz que não pode, você pode, enquanto que o poder público só pode atuar se tiver lei que autoriza, é o caso, não obriga, ele autoriza. Portanto, Ver. Cassiá, em nenhum momento tem a palavra que o Executivo fica obrigado. O que se faz aqui é autorizar, criar um

pág. 27

programa, e lógico, quem vai executar esse programa é o Executivo, não será a Câmara Municipal que fará o programa para o Executivo.

Então, Ver. Alex, já somos colegas desde a legislatura passada, se repete essa ideia de dizer que o problema aqui é técnico-jurídico. O Ver. Janta. Mais cedo, subiu aqui na tribuna e fez uma crítica à Procuradoria. Eu tive projetos que foram negados pela Procuradoria. Quero lembrar aqui, antes de vir aquela proibição, o Dep. Henrique Fontana estava aqui no plenário, é um dos que levantam essa ideia de que as empresas não podem doar para as campanhas eleitorais. Ainda bem que o STF decidiu, e agora não pode mais, Ver. Bosco, como pessoa jurídica, mas nós, quando protocolamos o projeto aqui que dizia que a empresa que doasse não podia contratar com o Município, também a CCJ disse que era inconstitucional e, no entanto, foi aprovado no plenário, foi para a Prefeitura, inúmeras entidades jurídicas, Associação dos Procuradores, Associação dos Juízes, dos Procuradores do Estado se posicionaram favoravelmente pela constitucionalidade daquele projeto de lei, e hoje é lei no Município. Claro que uma lei sem efeito por conta da decisão do STF. Já usei esse exemplo aqui na semana passada. Portanto, esse se esconder atrás do argumento técnico-jurídico, claro que para quem não é da área soa bem. Eu até gostaria de aprovar esse projeto, mas ele é inconstitucional. Tem vereadores que diziam que era inconstitucional nossos projetos que hoje são leis. No Rio de Janeiro e Distrito Federal, lá foi arguida a inconstitucionalidade e foi derrubado, foi considerado constitucional pelos tribunais de justiça, Ver. Ricardo Gomes, o senhor saber do que estou falando. Então, a nossa CCJ é mais técnica do que inclusive os plenos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Por favor! Como disse aqui o Ver. Comassetto, não se trata de um projeto do Partido dos Trabalhadores, da oposição, se trata de um projeto que é bom para a Cidade. Infelizmente, noto aqui, não tenho problema nenhum, podemos perder o projeto, podemos transformá-lo em indicação, mas o fato é que o governo Marchezan segue sendo o governo Marchezan e não está nem aí para os servidores e para cidade de Porto Alegre. É uma lástima. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 117/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, mais uma vez na tribuna, agora encaminhando o projeto de lei do Ver. Marcelo Sgarbossa que institui o Programa de Incentivo à Qualidade de Vida e à Mobilidade Urbana. Agradeço aos meus colegas de bancada, Ver^a Karen, Ver. Robaina, uma saudação especial à nossa deputada federal Fernanda Melchionna, ex-integrante desta Casa; eu gostaria de começar a nossa fala de encaminhamento por uma crítica não negativa, não positiva, mas uma crítica. Atualmente, uma grande quantidade de pessoas, principalmente dentro de setores mais à direita em termos ideológicos, vêm sustentando que, em pleno século XXI, precisamos modernizar as relações de trabalho, modernizar a legislação trabalhista, tudo isso no intuito de retirar direitos de trabalhadores. Quando se coloca, como através do projeto de lei de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, uma proposta que visa justamente a algo semelhante à modernização das relações de trabalho, aí tecem mil críticas: é inconstitucional, não pode, onde é que já se viu. Convenhamos, concordo com o argumento de que todos os serviços que têm atendimento ao público não podem entrar nesse programa. Como é que um professor vai ter uma jornada de trabalho mais flexibilizada? E eu sou um crítico fervoroso, crítico extremo à educação a distância. Eu acho que a educação se faz com relações interpessoais, olho no olho e vivência mútua. É uma relação de trabalho, de prestação de serviço que precisa ter regramentos, uma jornada, um turno de aula, assim como a prestação dos serviços à saúde, o atendimento ao público em uma repartição, em uma secretaria. Agora, existem funções burocráticas que o indivíduo poderia laborar em qualquer momento do dia. Sinceramente, Ver. André Carús, o meu rendimento em atividades de planejamento é muito alto na madrugada. Nas escolas onde eu trabalho, não tem como planejar nada! As crianças brincam, as crianças gritam, não existem espaços adequados para as minhas atividades de planejamento, não existe a minha biblioteca, eu não tenho o meu computador, eu não tenho uma rede de informática adequada. Planejamento em casa, só quando os meus quatro filhos estão dormindo. Durante a madrugada, eu rendo muito. Algumas pessoas também têm esse perfil, de ter um maior rendimento em outros horários que estão um pouco diferentes da sua jornada pré-estabelecida. Trabalhos burocráticos, cartoriais, poderiam ser desempenhados nesses horários, à noite, madrugada, isso aliviaria o trânsito; isso diminuiria, muitas vezes, o consumo de energia em repartições, porque o ar-condicionado

não precisa ficar ligado durante a madrugada. Então, existem muitos méritos nesse projeto que não foram sequer mencionados nesta tribuna; somente críticas, críticas, sem a análise do quão produtiva possa ser essa ideia para a nossa Cidade. Ataca-se muito o servidor público, e agora o prefeito quer achatar os salários, retirar regime de trabalho, retirar as progressões, mas e uma melhor condição para o desempenho das nossas tarefas – por que não se pensa isso no Município de Porto Alegre? Por que não se debate isso entre todas as bancadas desta Casa Legislativa? Talvez sejamos todos inimigos dos servidores e do serviço público? Eu acredito que não. Portanto, deixo aqui a minha crítica ao debate, que foi feito de forma enviesada nesta tarde, e ressalto o mérito desse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Ricardo Gomes (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze vereadores presentes. Não há quórum.

(16h24min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, plateia, público que nos acompanha pela TVCâmara, quero aqui, nesta oportunidade, externar a minha preocupação com as tantas tragédias que aconteceram neste início de ano, como Brumadinho, a morte de dez adolescentes no Ninho do Urubu, o incêndio no sexto andar do Hospital Fêmeina de Porto Alegre. Eu sou extremamente otimista e acredito nas coisas boas. Eu lembro até uma frase que diz que o avião só é lembrado quando ele cai, e nunca

lembramos das aterrissagens ou decolagens de sucesso. E a gente sabe que o destaque sempre grande é com relação às tragédias que acontecem. Mas nós também não podemos deixar de falar sobre algumas dessas tragédias que são simples acidentes e outras tantas que são oriundas de negligência dos seus gestores, dos seus administradores. E como é importante a fiscalização e, por sua vez, o cumprimento das regras dessa fiscalização, que são pré-estabelecidas pelas leis, inclusive, entre elas, o PPCI, assim como nós, parlamentares, estamos atentos, inclusive cobrando, exigindo resposta e a penalização dos responsáveis, pois entendemos que quem tem a responsabilidade de gerir e de administrar tem que ter também a preocupação com a vida humana. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Boa tarde, Presidente Pujol, colegas vereadores, eu uso a tribuna para falar de um projeto social que atende os bairros Cristal, Cruzeiro e outros circunvizinhos. O projeto se chama Ajax. Quem está à frente dele, há muitos anos, é o Miguel, mais conhecido como Mano, que todo mundo na região conhece. O projeto foi criado em 12 de setembro de 1988 e o Mano treina a gurizada do Cegeb, ali na Medianeira, único espaço que ele tem. Criado há 30 anos, o projeto social Ajax precisa de ajuda para continuar proporcionando o acesso ao futebol a jovens em situação de vulnerabilidade, ou seja, que meninos com idade entre 11 e 17 anos saibam que existe uma realidade longe do mundo do crime. Está em andamento uma vaquinha *on-line* e o dinheiro obtido será investido para aprimorar os treinos dos aproximadamente 100 adolescentes integrantes do projeto e para a realização de inscrições em torneios, campeonatos, arbitragens e viagens. O Olmídio Miguel da Rosa, mais conhecido como Mano do Ajax, é fundador do projeto e conta que o objetivo da ação é evitar que jovens permaneçam com tempo muito ocioso, dando margem à criminalidade. O projeto não

cobra absolutamente nada, até mesmo que o projeto é focado em meninos em situação de vulnerabilidade social e que não têm como custear esse tipo de atividade.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Nas imagens podemos ver algumas atividades da gurizada. Assim como tem o projeto Ajax no bairro Cruzeiro, nós temos espalhado por toda Porto Alegre pessoas, como o Mano, que ajudam essa gurizada a sair do mundo das drogas. Por isso nós estamos pedindo ajuda, para todos que puderem, nessa vaquinha para ajudar no projeto. O valor arrecadado vai ser para uniformes, viagens e inscrições em torneios e arbitragem. Para todos aqueles que querem ajudar esse projeto social que, ao longo desses 30 anos, tem tirado muitas crianças e jovens do mundo do crime, as doações podem ser feitas até o dia 28 de fevereiro de 2019, através do link: www.vakinha.com.br/vaquinha/projeto-ajax-da-cruzeiro.

Parabéns, não só para o Mano do Ajax, mas para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão contribuindo para que muitas famílias sejam ajudadas. Às vezes, a pessoa com uma renda baixa não tem como pagar um curso para um adolescente, e, através desse projeto, tem-se ajudado muitas famílias. Inclusive, no jornal Bairros e Condomínios – um jornalzinho de bairro da Zona Sul –, saiu uma matéria sobre o projeto que necessita de ajuda para continuar o trabalho com os jovens da Capital. Então, mais uma vez, parabéns para o Mano do projeto social Ajax. Um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Reginaldo Pujol.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, agradeço-lhe a cedência de tempo; o Ver. Cássio também me cedeu tempo no período de Grande Expediente - hoje estou só usando o tempo dos colegas. Eu queria falar aqui em um movimento que tivemos, sábado, no Brique da Redenção, do qual participei junto com os vereadores André Carús, Paulo Brum, com o deputado Sebastião Melo, ex-vice-prefeito e ex-presidente desta Casa. É um movimento que trata das pessoas com deficiência na cidade de Porto Alegre.

A secretaria do nosso partido nos convidou para nos fazermos presente no movimento: Eu empurro essa causa. As pessoas com deficiência, seus familiares, lá estavam. Hoje tem um teto para as pessoas receberem o benefício da previdência, um quarto do salário-mínimo: R\$ 238,50. Colegas, imaginem uma pessoa obedecer a esse critério de até R\$ 238,50. Se passar disso, a pessoa perde o direito de receber o auxílio, que é um salário-mínimo, que ajuda a família em uma série de necessidades que tem um deficiente. Nós estamos aqui com nosso símbolo da AACD, o Getulinho, que estava presente lá, junto com seu pai, Getulião, no sábado, que vem se destacando nos esportes, na música. Mas como fazer tudo isso, na época, vinculando a renda a R\$ 238,50? O pessoal pede para elevar esse teto para três salários mínimos, porque, em uma família em que o pai ou a mãe consigam fazer um estágio, consigam fazer uma correção de prova numa faculdade, consigam fazer um bico, isso já tira imediatamente o auxílio, pois já passa dos R\$ 238,50, e, geralmente, uma pessoa com deficiência necessita de algo muito mais. Imaginem, senhoras e senhores, terem o limite, nos seus salários, de R\$ 238,50 – esse é o limite do seu salário. O limite para várias necessidades da sua vida. Necessidades como remédios, fraldas, bolsas, alimentação especial, e ter esse entrave para poder receber um salário mínimo, que, muitas vezes, é a renda de uma família, muitas vezes, é a renda de uma pessoa com deficiência, é a ajuda que essa pessoa pode dar à sua família. E lá naquela família tem um casal, mas a mãe ou o pai tem que ficar cuidando da criança, ou cuidando da pessoa com deficiência, e o outro vai trabalhar. Então, se a renda ultrapassar isso, a pessoa para de receber esse salário mínimo. Nós estivemos lá presentes, foi um movimento suprapartidário, um movimento da sociedade, um movimento das famílias de pessoas com deficiências. Nós estamos colhendo assinaturas para o abaixo-assinado, que está nos gabinetes do Ver. André Carús, do Ver. Paulo Brum, no meu, também está circulando na Casa esse abaixo-assinado, em vários locais, em todas as associações e instituições, praças, para sensibilizarmos o governo federal. Estamos pedindo uma audiência com o ministro, Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para que atenda esta comissão, para que eleve esses R\$ 238,50 para três salários mínimos dentro da renda *per capita* da família, podendo dar um pouco mais de dignidade para as pessoas com deficiência não só da nossa Cidade, mas do nosso País.

Então, foi um movimento nacional, aconteceu em todas as praças, parques, em várias esquinas, ruas do Brasil inteiro a coleta dos abaixo-assinados. Nossa Cidade deu a

contribuição, todas as cidades da Região Metropolitana, várias cidades do Rio Grande do Sul participaram, e nós não poderíamos deixar de nos furtar de falar sobre esse tema na tarde de hoje. Novamente agradeço ao Ver. Reginaldo Pujol, que cedeu seu tempo em Comunicações para nós podermos explanar sobre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h39min.)